

REQUERIMENTO CONVOCAÇÃO DE MINISTRO DE ESTADO

(Da bancada do PSOL)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, para comparecer ao Plenário da Câmara dos Deputados a fim de prestar esclarecimentos acerca do crescimento exponencial da fila do INSS

Senhor Presidente.

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 117, II; e 219, I; ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a adoção das providências necessárias para a convocação do Ministro de Estado da Economia, **Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes**, para comparecer ao Plenário da Câmara dos Deputados a fim de prestar esclarecimentos acerca do crescimento exponencial da fila do INSS e da não resposta de questões solicitadas por requerimento de informação apresentado pela bancada de Deputados Federais do PSOL.

JUSTIFICAÇÃO

Com efeito, há alguns dias um amplo conjunto de denúncias graves de natureza operacional, referentes à atual gestão de análise de pedidos de benefícios ao INSS, veio à baila. O acúmulo de falhas e irregularidades operacionais gerou uma grave crise, que se manifesta no atraso de concessões de novos benefícios para milhões de pessoas.

Atualmente, há quase dois milhões de pessoas à espera de concessão de aposentadorias, salários-maternidade e Benefícios de Prestação Continuada (BPC/Loas). O BPC é um benefício assistencial pago a idosos e pessoas com deficiência em condições de miserabilidade.

Desses dois milhões de pedidos na fila, 1,3 milhão aguardam a liberação há mais de 45 dias — prazo regulamentar do órgão para conceder ou negar um pedido. Depois disso, o INSS é obrigado a pagar correção monetária sobre os valores devidos.

Contudo, apesar da morosidade na análise dos pedidos de novos benefícios, é contraditório notar a grande produtividade do INSS na suspensão de benefícios com suspeitas de irregularidade: houve o cancelamento de 261,3 mil benefícios em quatro meses. Exemplo sintomático é o da região de Campinas: o número de benefícios suspensos pelo INSS cresceu 234% nas dez maiores cidades da região de Campinas em relação a 2018.

A bancada de Deputados Federais do PSOL apresentou ao Ministério da Economia requerimento de informação para compreender a situação das suspensões discriminadas por faixas de renda. No que tange a pergunta sobre a composição detalhada do cancelamento do pagamento de 261,3 mil benefícios em quatro meses, fulcro do Requerimento de Informações, o Ministério não respondeu o questionamento no prazo regimental, pedindo prorrogação de quarenta e cinco dias (Requerimento de informação nº 1866/2019, conforme resposta que segue em anexo).

Para substanciar a convocação, dentre as falhas de natureza operacional e irregularidades no que tange ao princípio da publicidade, enumeramos:

1. Ainda em setembro de 2018, o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) alertou para a redução do funcionalismo do INSS. Segundo o diretor do IBPD, o presidente do INSS à época, Edilson Garcia, em reunião com diversas entidades em julho de 2018, afirmou que 55% dos servidores do órgão se aposentariam em 2019¹.
2. No fim de 2018, a estimativa do próprio INSS era que mais da metade dos funcionários poderiam se aposentar no ano passado. Na ocasião, o INSS chegou a pedir ao Ministério do Planejamento um concurso para preencher 7.888 vagas, mas não foi atendido². Exatamente o número de militares da reserva que o governo pretende convocar para o apoio a novas análises.

¹ Disponível em: <https://www.ibdp.org.br/?p=709>

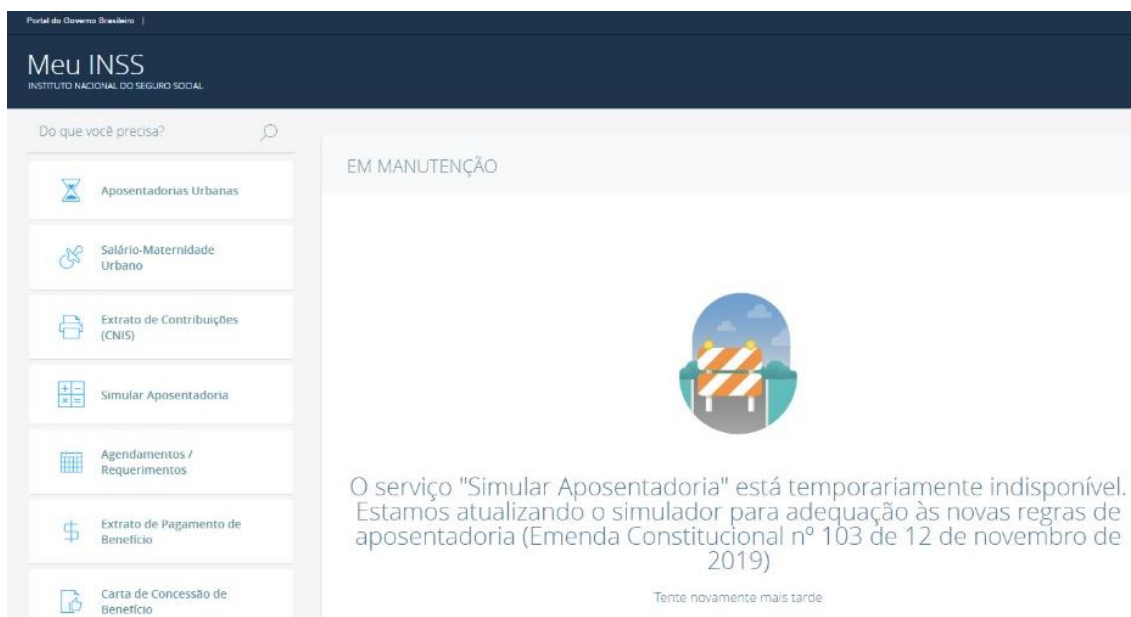
² Disponível em <https://folhadirigida.com.br/noticias/concurso/inss/pedido-de-concurso-inss-tem-cinco-movimentacoes-em-um-dia>

3. Conforme pode-se constatar em matéria divulgada no site oficial do Ministério Público Federal (MPF), o órgão, em agosto do ano passado, ajuizou ação civil pública contra a União e o INSS determinando que fossem contratados de forma temporária funcionários em número suficiente para atender às demandas acumuladas há mais de 60 dias no instituto e que fosse realizado concurso para provimento de cargos efetivos vagos.³
4. Em 2019, as procuradoras da República Eliana Pires Rocha e Anna Paula Coutinho frisaram na ação que: “Ainda que o teleatendimento 135 e o Meu INSS tenham, em tese, facilitado a formulação de pedidos à autarquia, esta não consegue processar, em prazo minimamente razoável, os requerimentos administrativos desencadeados por essas vias. É que as novidades tecnológicas não dispensam a atuação dos servidores para a análise e a decisão sobre o que foi requerido”⁴.
5. Mais de dois meses após a aprovação da reforma, o sistema de simulação online ainda não foi atualizado para calcular a concessão da aposentadoria pelas novas regras (Figura 01). Com isso, o trabalhador não consegue descobrir, de forma automatizada e pelo canal oficial, quando poderá se aposentar a partir das mudanças implementadas pela reforma da Previdência. Isso pode desestimular potenciais beneficiários de concretizarem o pedido inicial. Trata-se de uma grave afronta ao princípio da publicidade. O INSS ainda não deu prazo para regularizar a situação.

Figura 01 – Mensagem do sistema de simulação online do INSS

³ <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/mpf-pede-que-inss-tenha-quadro-de-servidores-recomposto-imediatamente>

⁴ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/mpf-pede-que-inss-tenha-quadro-de-servidores-recomposto-imediatamente>



Fonte: site oficial do INSS; acesso em 05 de fevereiro de 2020

6. Apesar da lentidão na análise dos pedidos de novos benefícios, é surpreendente e contraditório notar a grande produtividade do INSS na suspensão de benefícios com suspeitas de irregularidade: houve o cancelamento de 261,3 mil benefícios em quatro meses⁵. Exemplo sintomático é o da região de Campinas: o número de benefícios suspensos pelo INSS cresceu 234% nas dez maiores cidades da região de Campinas em relação a 2018⁶.

Mais contraditória ainda é a resposta da assessoria do instituto ao site G1: segundo o site, a assessoria alega que, dentre outros, o aumento da produtividade se deve ao aumento da fiscalização. Ora, considerando que os benefícios envolvem o próprio Direito à vida e à dignidade, não seria mais conveniente concentrar os esforços nas análises de benefícios novos, como o Benefício de Prestação Continuada, destinado a idosos e deficientes físicos em situação de miserabilidade?

⁵ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/inss-pente-fino-cancela-261-mil-beneficios-em-quatro-meses/>

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2020/01/31/no-de-beneficios-suspensos-pelo-inss-cresce-234percent-nas-dez-maiores-cidades-da-regiao-de-campinas.ghtml>

7. A suspensão do funcionamento do sistema por meses e ausência de informações detalhadas solapa o princípio da publicidade que obriga a administração pública a agir de forma transparente, de forma a garantir à população e ao poder legislativo que a representa o acesso aos seus atos, decisões e fundamentações.

Assim, consideramos fundamental e urgente que o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia compareça a este parlamento para debater tão importante tema, e com esse fito solicitamos aos nossos pares a aprovação deste Requerimento.

Eis porque solicitamos o apoio dos pares ao presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 2020.

Fernanda Melchionna
Líder do PSOL

Áurea Carolina
PSOL/MG

David Miranda
PSOL/RJ

Glauber Braga
PSOL/RJ

Ivan Valente
PSOL/SP

Luiza Erundina
PSOL/SP

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Edmílson Rodrigues
PSOL/PA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Talíria Petrone

PSOL/RJ

Apresentação: 05/02/2020 21:36

REQ n.105/2020